078/2021 - Poc/Fadd

Cliente: Instituto Cultural São Francisco de Assis - ICSFA

Assunto: Relatório dos auditores independentes sobre os exames realizados nas

demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores Instituto Cultural São Francisco de Assis Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Cultural São Francisco de Assis, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Cultural São Francisco de Assis em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do Instituto Cultural São Francisco de Assis, referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por nós auditores independentes, com relatório emitido em 20 de janeiro de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de abril de 2021.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S CRC - RS 3.797 Pedro Osório Correa Contador CRC - RS 42.462/O



- 2. Demonstrações levantadas em 31 de dezembro de 2020
- 2.1 Balanço Patrimonial
- 2.2 Demonstração do Resultado do Exercício
- 2.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- 2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa
- 2.5 Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2020



Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020 2.1. Balanço Patrimonial

(VALORES EM REAIS)

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019
Circulante		2.721.258	4.337.493
Disponível		2.699.203	4.126.553
Caixa e bancos		92.279	167.479
Aplicações Financeiras		2.606.924	3.959.074
Direitos Realizáveis a Curto Prazo		22.055	210.941
Investimento		1.155	7.614
Impostos a recuperar		0	715
Adiantamentos a terceiros		0	4.950
Bloqueios Garantia de Crédito		0	109.688
Leilão a Receber		20.900	20.900
Aluguel a Receber		0	52.274
Depósitos judiciais		0	14.800
Não Circulante		937.620	27.344.213
Valores a Receber		3.800	26.600
Imobilizado	Nota 11	875.427	27.242.576
Máquinas e Equipamentos		48.315	383.493
Móveis e Utensílios		443.930	1.214.076
Ferramentas		0	9.594
Imóveis		181.173	8.393.821
Veículos		220.537	1.171.287
Computadores e Periféricos		324.089	647.630
Instrumentos Agrícolas		0	114.839
Biblioteca		6.198	346.239
Outras Imobilizações		0	2.750
Semoventes		0	23.026
Telefonia		35.895	37.975
Instalações		467.412	681.530
Terrenos		0	2.517.271
Construções em Andamento		0	53.678
Instrumentos Musicais		69.452	69.452
Equipamentos de Ginástica		37.757	37.757
Imóveis - Adoção Inicial Valor Atribuído		0	18.088.853
(-) Depreciação Acumulada		(959.331)	(6.550.695)
Intangível	Nota 12	58.392	75.036
Softwares		93.126	93.126
(-) Amortização Acumulada		(34.733)	(18.089)
Total do Ativo		3.658.878	31.681.706



Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020 Balanço Patrimonial

(VALORES EM REAIS)

PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
Circulante		3.586.708	3.746.034
Obrigações Trab. Sociais		530.633	452.401
Obrigações Trabalhistas		418.426	341.212
Obrigações Sociais		112.207	111.189
Obrigações Tributárias		13.914	13.234
Impostos Retidos a Recolher		13.914	13.234
Demais Conta a Pagar		3.042.161	3.280.399
Provisões		599.387	582.418
Fornecedores		13.638	12.679
Aluguel a Pagar		2.600	2.321
Provisões Contingências Cíveis		0	38.000
Provisões Rescisões Trabalhistas	Nota 15	1.481.973	1.478.480
Provisões Contingência Trabalhista		0	30.000
Empréstimos e Financiamentos		0	28.402
Consignado Funcionários a Pagar		5.352	10.576
Cheques a Compensar		367	0
Projetos a Executar	Nota 14	938.845	1.097.524
Não Circulante		0	142.375
Empréstimos e Financiamentos		0	142.375
Empréstimos e Financiamentos		0	142.375
Patrimonio Liquido		72.170	27.793.297
Patrimônio Social	Nota 13	289.290	9.853.327
Superávit/Déficit Acumulado		(217.120)	185.421
Ajuste de Avaliação Patrimonial	Nota 10	0	17.754.549
Total do Passivo		3.658.878	31.681.706



Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020

2.2. Demonstração do Resultado do Exercício (VALORES EM REAIS)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Operacionais	9.439.516	13.544.723
Verba Governo Federal	245.363	258.703
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	7.396.759	7.895.102
Verba Governo Estadual	947.734	2.168.502
Rec. Colaboradores - PJ Taxa Adm. J. Aprendiz	154.180	225.801
Aluguéis/Hospedagem	6.085	682.323
Doações Nacionais	266.460	1.814.420
Doações Internacionais	274.680	25.349
Atividade Rurais	0	169.869
Entidades Privadas	148.254	68.173
Festas/Eventos/Leilão	0	157.920
Doação Software	0	76.930
Receitas Eventuais	0	1.631
Custo Assistencial	(9.433.632)	(10.470.556)
(-) Custo Assistencial	(9.433.632)	(10.470.556)
Resultado Operacional Bruto	5.884	3.074.167
(-)Despesas Operacionais	(226.287)	(3.304.608)
Despesas Gerais e Administrativas	0	(1.988.722)
Impostos, Taxas e Contribuições	(6.904)	(28.008)
Depreciações, Amortizações	(199.728)	(812.259)
Despesas c/ Pessoal	0	(527.055)
Repasse Pessoal e Encargos Jovem Aprendiz	(58.203)	(98.705)
Despesas Financeiras	(6.501)	(37.849)
(+) Receitas Financeiras	45.049	187.990
(=)Resultado Operacional Líquido	(220.403)	(230.441)
(-)Outras Despesas	0	(1.200)
Bens Leiloados	0	(1.000)
Descontos Concedidos	0	(200)
(+)Outras Receitas	3.283	52.025
Receita na venda do ativo imobilizado	0	49.750
Descontos Obtidos	3.283	2.275
Compensação PER/DCOMP	0	1
(=)Superávit/Déficit do exercício	(217.120)	(179.616)



Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020

2.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (VALORES EM REAIS)

Mutações do Periodo/Conta	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit	Total
Saldo em 31/12/2018	10.069.833	18.119.587	(216.506)	27.972.913
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(365.037)	365.037	-
Ajuste Exercícios Anteriores	908	-	(908)	-
Superávit/Déficit Acumulado	(217.413)	-	217.413	-
Déficit Exercício 2019	-	-	(179.616)	(179.616)
Saldo em 31/12/2019	9.853.328	17.754.550	185.420	27.793.297
Ajuste por Cisão	(9.929.074)	(17.754.549)	-	(27.683.623)
Superávit/Déficit Acumulado	365.037	-	(185.421)	179.616
Déficit Exercício 2020	-	-	(247.120)	(247.120)
Saldo em 31/12/2020	289.290	-	(247.121)	42.170



Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020

2.4. Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto (VALORES EM REAIS)

	31/12/2020	31/12/2019
1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(50.209)	(281.245)
Superávit/Déficit do Exercício	(217.120)	(179.616)
Depreciações e Amortizações	199.728	812.259
Ajuste Depreciações e Amortizações	0	(73.336)
Resultado do Exercício Ajustado	(17.392)	559.307
Ajuste Direitos Realizáveis a Curto Prazo	(188.844)	0
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	188.886	(131.466)
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	22.800	(26.600)
Obrigações Trabalhistas	77.215	(73.235)
Encargos Sociais	1.018	(12.023)
Ajuste Obrigações Tributárias	10	0
Obrigações Tributárias	680	1.164
Obrigações com Terceiros	279	52
Ajuste Provisões	75.255	0
Provisões	(47.538)	15.634
Projetos Futuros	(158.679)	(575.896)
Cheques a Compensar e Adto Bancário	367	(7.398)
Fornecedores	959	(31.868)
Consignações Funcionários a Pagar	(5.224)	1.084
2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(61.399)	(928.385)
Aquisições do Ativo Imobilizado	(61.399)	(1.211.653)
Imobilizado em Andamento	0	209.932
Venda do Ativo Imobilizado	0	73.336
3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	0	170.776
Ajuste Empréstimos e Financiamentos	170.776	0
Empréstimos e Financiamentos	(170.776)	170.776
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	(111.608)	(1.038.853)
Ajuste disponibilidade início do período	(1.315.742)	0
Saldo de Caixa e Equivalentes Inicío do período	4.126.553	5.165.406
Saldo de Caixa e Equivalentes Final do período	2.699.203	4.126.553



Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020

2.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 (VALORES EM REAIS)

Nota 01 - CONTEXTO OPERACIONAL:

O Instituto Cultural São Francisco de Assis é associação civil, de fins não econômicos, de caráter educacional e assistencial. Rege-se pelo Estatuto Social e pela legislação vigente aplicável. Possui o registro de Entidade Beneficente de Assistência Social concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Nota 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Foram elaboradas consoante a Legislação Societária e em conformidade com os Princípios de Contabilidade no Brasil, sendo que as principais práticas contábeis estão descritas na nota 3. Tendo sido observado as normas que disciplinam a contabilidade de instituições filantrópicas, quais sejam Lei nº 6404/76, Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

Nota 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

<u>a)Ativo Circulante</u>: Está apresentado pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias ocorridas. <u>b)Títulos Vinculados ao Mercado Aberto</u>: Estão demonstrados pelo valor da aplicação acrescidos dos rendimentos correspondentes apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. <u>c)Ativo Imobilizado</u>: Registrado ao custo de aquisição ou valor original, sendo depreciado às taxas anuais fixadas por espécie de bens. <u>d)Direitos e Obrigações</u>: Os Direitos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidas. <u>e)Passivo Circulante</u>: Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis. <u>f)Apuração do Resultado</u>: O resultado foi apurado segundo regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. <u>g)Regime</u>: A prática contábil adotada é pelo **regime da competência**.

Nota 04 - RECURSOS:

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.



Nota 05 - INGRESSOS E CUSTOS OPERACIONAIS:

Os ingressos operacionais consistem em contribuições e doações de pessoas físicas, jurídicas, assim como auxílios e subvenções do poder público. Os gastos com Assistência Social evidenciam o atendimento das finalidades institucionais da Entidade.

Nota 06 - DOS FINS FILANTRÓPICOS E ASSISTENCIAIS:

A Entidade atende às exigências estabelecidas na legislação vigente à época de cada Exercício Social estando adequada à legislação atual.

Nota 07 – ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS:

De acordo com a Resolução CFC nº 2015/ITG 2002 (R1), que trata das entidades sem finalidade de lucro e as demais normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não mais se evidencia o valor da Isenção das Contribuições Sociais (INSS e PIS) nas Contas de Receitas e Despesas. Assim, a isenção usufruída pela instituição durante os exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020 R\$	2019 R\$
Total Isenções Previdenciárias Usufruídas	1.598.138,00	1.896.355,00
Cota Patronal	1.253.781,00	1.487.604,00
SAT	62.610,00	74.318,00
Terceiros	281.747,00	334.433,00

Nota 08 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADES:

A Entidade é exclusivamente de Assistência Social e atua na proteção Social Especial de Baixa, Média e Alta Complexidade, prestando serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e jovens, atividade de aprendizagem profissional (jovem aprendiz), capacitação para inserção no mercado de trabalho para adultos no âmbito da assistência social, serviço especial em abordagem social e serviço acolhimento institucional. Neste sentido em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 exerceu suas atividades conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, executando suas ações de forma continuada, permanente, planejada e gratuita, aos usuários em situação de vulnerabilidade social e pessoal, no atendimento ao desenvolvimento dos seus objetivos institucionais. Quando a comprovação na Área de Assistência Social em conformidade com o disposto na Portaria MDS nº 353, de 23/12/2011, suas Demonstrações Contábeis evidenciam os custos envolvidos nas atividades. Em 2020 a Entidade aplicou em gratuidades além dos R\$ 1.598.138,00 (R\$ 1.896.355,00 em 2019) referente à isenção da Previdência Social (INSS), ainda os seguintes desembolsos referentes a assistência social de crianças e adolescentes subsidiados através de donativos e convênios municipais, no valor de R\$ 9.439.516,00 em 2020 (R\$ 10.470.556,00 em 2019).

Nota 9 – DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Entidade possui programa de aprendizagem conforme a regulamentação do Ministério do Trabalho pela Lei nº 10.097/2000, destinado a formação profissional de adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos de idade, desenvolvidas por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são oferecidas por meio de um contrato de aprendizagem, com base em programa organizado e desenvolvido sob a orientação e responsabilidade de entidades habilitadas.

Atua em conformidade com o disposto na Lei nº 12.868/2013, que incluiu Aprendizagem profissional na Assistência Social, conforme determina o Inciso II, do Art. 6º que alterou a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e esclarece que todos os usuários do programa são atendidos totalmente gratuitos.

No que se refere ao valor da bolsa, essa é de responsabilidade das empresas contratantes, que firmam parceria com a entidade executora do programa de Aprendizagem profissional. Todas as garantias trabalhistas as quais o Aprendiz tem direito, tais como vale transporte, férias, décimo terceiro e fundo de garantia são de responsabilidade das empresas contratantes que os repassa ao Aprendiz.

A única exceção da remuneração que não é paga diretamente pela Empresa tomadora do serviço do Aprendiz é o Contrato com o BANRISUL. A seguir os valores repassados no ano de 2019 (2018) para os Aprendizes do contrato do BANRISUL:

REPASSES APRENDIZ - CONTRATO BANRISUL

	2020	2019
Salários Jovem Aprendiz	34.933,90	54.501,33
Férias Jovem Aprendiz	5.390,34	587,08
Adiantamento 13º Salário Jovem Aprendiz	1.417,58	1.984,62
Pagamento 13º Salário Jovem Aprendiz	1.037,42	1.904,25
TOTAL	42,779,24	58.977.28

Nota 10 – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:

Refere-se à Reavaliação de Bens do Ativo Imobilizado (Imóveis) efetuada com Laudo de Avaliação pela empresa Macadar Assessoria de Mercados & Avaliações Ltda, realizado no ano de 2011, tendo como critério adotado o valor atribuído.

Nota 11 - IMOBILIZADO:

		<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Valor	Depreciação	Valor	Valor	Taxa
Conta	<u>Corrigido</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>	%
Máquinas e Equipamentos	48.314,80	(26.824,43)	21.490,37	133.298,68	10
Móveis e Utensílios	443.930,24	(241.965,70)	201.964,54	412.180,90	10
Ferramentas	-	-	-	209,13	20
Imóveis	181.172,83	(130.450,27)	50.722,56	22.775.410,95	4
Veículos	220.536,83	(175.995,79)	44.541,04	377.817,63	20
Computadores e Periféricos	324.089,08	(205.825,95)	118.263,13	265.921,10	20
Instrumentos Agrícolas	-	-	-	12.688,19	10
Biblioteca	6.198,20	(6.198,20)	-	138,78	10
Semoventes	-	-	-	1.038,80	20
Outras Imobilizações	-	-	-	-	10
Telefonia	35.895,22	(24.010,00)	11.885,22	19.377,90	20
Instalações	467.412,30	(114.596,07)	352.816,23	589.085,83	10
Instrumentos Musicais	69.452,46	(21.097,96)	48.354,50	55.294,82	10
Equipamentos de Ginástica	37.757,00	(12.366,60)	25.390,40	29.164,40	10
Terrenos	-	-	-	2.517.270,87	-
Construções em Andamento	-	-	-	53.678,12	-
TOTAL	1.834.758,96	(959.330,97)	875.427,99	27.242.576,10	-

Nota 12 - INTANGÍVEL:

	<u>2020</u>			<u>2019</u>	
	Valor	Depreciação	Valor	Valor	Taxa
Conta	<u>Corrigido</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>	%
Softwares	93.125,52	(34.733,18)	58.392,34	75.036,46	20
TOTAL	93.125,52	(34.733,18)	58.392,34	75.036,46	-

Nota 13 - PATRIMÔNIO SOCIAL:

O Patrimônio compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits ocorridos ao longo do exercício.

Nota 14 - PROJETOS A EXECUTAR:

O valor de R\$ 938.844,50 em 2020 (R\$ 1.097.523,00 em 2019) refere-se ao repasse de convênios firmados entre o Instituto Cultural São Francisco de Assis (CPCA) com o Governo do Estado do RS, dos quais já foram recebidos, mas ainda não foram executados.

Nota 15 - PROVISÃO RESCISÕES TRABALHISTAS:

O valor R\$ 1.481.973,28 em 2020 (R\$ 1.478.480,00 em 2019) constituído como provisão para rescisões trabalhistas, é o valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações contábeis, acredita-se ser o suficiente para cobrir eventuais perdas.



Nota 16 – DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E DO CUMPRIMETNO DO ART. 14 DO CTN:

- a. A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto, no Inciso VI, do Art.3º.
- **b.** Os dirigentes, conselheiros, ou associados, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente e não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto no seu Estatuto Social nos Incisos III e IV, do Art.3º.
- c. A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão, conforme mencionado na Nota 02 e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo CFC e como dispõe seu Estatuto no Inciso V, do Art.3º.

Nota 17 - CISÃO PARCIAL

Em 29 de janeiro de 2020 foi realizada a cisão parcial do patrimônio social da associação com consequente reversão da incorporação para a organização religiosa PROVINCIA SÂO FRANCISCO DE ASSIS NO BRASIL, CNPJ: 35.332.968/0001-08 cuja sede se localiza na Avenida Juca Batista, nº 330, bairro Ipanema, Porto Alegre/RS, de acordo com o Laudo de Avaliação Patrimônio Social apurado por meio dos livros contábeis, na data-base de 31 de dezembro/2019, realizado pela empresa DICTUM Instituto de Administração Judicial e Extrajudicial Sociedade Empresária Ltda.

Fica assim constituído:

	Antes da Cisão	Parcela Cindida	Parcela Remanescente
Total:	R\$ 31.681.705,88	R\$ 27.750.049,03	R\$ 3.931.656,85